



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da primeira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 26 de Fevereiro de 2010

INÍCIO: 20:25 horas

ENCERRAMENTO: 00.30 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Manuel José de Jesus Marreiros, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

José Carlos Pacheco Silva, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Manuel António Custódio Rosendo, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, José de Oliveira Cavaco, José Hugo Tomás Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, Francisco António Baptista, António José Duarte de Oliveira Rosa, Iládio de Jesus Alves Furtado, Sérgio Manuel da Silva Santos e Eliezer João Candeias

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Johannes Alexandre Schydlo, substituído por Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

Maria de Lurdes Afonso Bento, substituída por Pedro Miguel Ferreira Silva

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Fernando Manuel Costa Rosa, José Manuel dos Santos Marreiros e Henrique Manuel Ramos Henriques

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel Alberto Santinho Cristo

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:25 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: O Senhor Pedro Miguel Ferreira Silva, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões novecentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e um, emitido em sete de Fevereiro de dois mil e sete, pelos Serviços de Identificação de Faro, passou a fazer parte dos trabalhos em substituição da Senhora Maria de Lurdes Afonso Bento, eleita nas listas do Partido Socialista. ----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – O Senhor Presidente da Mesa propôs que a acta fosse aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal, uma vez que a mesma não foi entregue atempadamente. -----
O Senhor Presidente informou ainda que iria ser marcada uma sessão extraordinária, a ter lugar no dia vinte e seis do próximo mês de Março, para uma análise mais aprofundada dos assuntos constantes nos Pontos Dois e Três da presente Ordem do Dia. -----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi enviada para conhecimento dos membros a seguinte correspondência:-----
– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número quinhentos e treze, de vinte e um de Dezembro de dois mil e nove, enviando cópia de ofício enviado ao Instituto de Estradas de Portugal sobre acidentes ocorridos na Estrada Nacional cento e vinte. ---
– de Gabinete do Primeiro Ministro, ofício número cento e oitenta e dois, de oito de Janeiro de dois mil e dez, acusando recepção de cópia de carta da Santa Casa da Misericórdia e deliberação da Assembleia Municipal sobre as antigas instalações do Centro de Saúde de Aljezur.-----
– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número seiscentos e setenta e oito, de catorze de Janeiro de dois mil e dez, enviando cópia de ofício enviado ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre “Projecto de RCM que prorroga por um ano, o prazo de vigência das medidas preventivas e da suspensão do PO PNSACV, estabelecidas pela RCM número dezanove barra dois mil e oito, de quatro de Fevereiro”. -----
– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, e-mail de treze de Janeiro de dois mil e dez, enviando respostas do Governo a perguntas do PCP e de um requerimento. -----
– de Gabinete da Ministra da Saúde, ofício número trezentos e cinquenta e um, de dezanove de Janeiro de dois mil e dez, informando de reunião havida em dezassete de Dezembro de dois mil nove entre a ARS Algarve e a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, sobre as antigas instalações do Centro de Saúde de Aljezur. -----
– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, e-mail de dezanove de Janeiro de dois mil e dez, enviando pergunta ao Governo sobre prejuízos na agricultura algarvia provocados pelo mau tempo. -----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número mil setecentos e vinte e sete, de onze de Fevereiro de dois mil e dez, enviando cópia de ofício enviado ao Senhor Primeiro Ministro e fotocópia de ofício do ICNB, sobre a revisão do Plano do PNSACV.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número mil setecentos e vinte e oito, de onze de Fevereiro de dois mil e dez, enviando cópia de ofício enviado à Senhora Directora-Geral das Autarquias Locais, sobre “Lei das Finanças Locais – Transferências dois mil e dez”. -----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número mil novecentos e quarenta e quatro, de quinze de Fevereiro de dois mil e dez, enviando cópia de ofício enviado à Senhora Ministra da Saúde, sobre o Processo número cento e oitenta e oito barra dois mil e um – Primeiro Juízo – Tribunal Judicial de Lagos.-----

FOI LIDA A SEGUINTE CORRESPONDÊNCIA:-----

– de Comunidade Intermunicipal do Algarve, ofício número quatrocentos e quarenta e oito, de vinte e três de Fevereiro de dois mil e dez, enviando Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dez. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – O Senhor José Cavaco disse ter frequentado um curso de informática, no qual tinham participado muitas pessoas, inclusive pessoas que nunca tinham visto um computador na sua vida e que, aquando da entrega dos diplomas de frequência verificou que havia muita auto-estima, que as pessoas se sentiam bem, pelo que considera que esta era uma experiência que deveria ter continuidade, no entanto, tem informação que este curso não vai ter seguimento. Disse também ter conhecimento que o Espaço Internet tinha sido encerrado, pelo que considera que independentemente de se estar a investir muito no desporto, esta vertente não deveria ser esquecida, sugerindo que a Câmara Municipal continuasse a investir na formação e bem-estar das pessoas mais idosas. -----

O Senhor Vitor Vicente sugeriu que fosse ponderada a hipótese de serem facultados computadores aos membros da Assembleia para que pudessem consultar os documentos em análise durante as sessões, evitando que tenham que os imprimir todos. -----

Referiu também que há algum tempo houve um acidente na estrada duzentos e sessenta e oito, nas curvas da Bordeira, o qual destruiu alguns rails de protecção que até ao momento ainda não foram reparados, o que põe em causa a segurança de quem circula naquela via. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse considerar interessante a sugestão do Senhor Vitor Vicente, embora pense que neste momento ela não seja financeiramente e logisticamente viável. Uma vez que toda a documentação é enviada informaticamente, disse que se algum membro necessitar dos documentos em papel para consulta durante a Assembleia, isso deverá ser solicitado atempadamente e antes da sessão serão disponibilizadas as fotocópias dos documentos necessários.-----

O SENHOR FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: O Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove

mil setecentos e dezassete, emitido em oito de Novembro de dois mil e nove, pelos Serviços de Identificação de Faro, passou a fazer parte dos trabalhos em substituição do Senhor Johannes Alexander Schydlo, eleito nas listas do Partido Socialista.-----
O Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao curso informático, referiu que vai terminar o período de vigência do Espaço Internet, no entanto, a Câmara está a trabalhar no sentido de lhe dar continuidade, sendo que futuramente surgirá com uma nova denominação, no entanto, esse espaço não foi encerrado, mas sim deslocalizado, pois devido a uma contenção de despesas o Espaço Internet funciona presentemente nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Aljezur. Disse ainda que os cursos informáticos irão continuar e dirigidos, muito em particular, para as camadas mais idosas.-----
Quanto à questão colocada pelo Vítor Vicente, informou que precisamente nesse dia tinha assinado o ajuste directo para colocação de um novo rail, pelo que no prazo de duas semanas essa situação irá encontrar-se corrigida.-----

A Senhora Ana Santos perguntou se a situação causada pela derrocada que ocorreu na Rua vinte e cinco de Abril, já se encontra resolvida e se não há perigo de vir a piorar? Disse ainda que se encontra depositado uma série de entulho junto aos antigos tanques públicos, perguntando se a Câmara sabe quem é que o colocou lá, pois as fortes chuvas que se tem verificado, podem vir a causar algum risco desses detritos serem arrastadas pelo aumento do leito da ribeira.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que, em relação à derrocada que ocorreu na casa da Dona Idalina Rocha, a Câmara procedeu à demolição da parte superior da casa, no próprio dia em que a derrocada ocorreu. Tendo também procedido a alguns trabalhos de consolidação da rocha. Foi também promovida uma outra demolição da casa que era da família Fogaça, mas que a Autarquia tinha adquirido no passado mês de Janeiro.-----

Relativamente ao entulho, disse ter reparado nessa situação há poucos dias, pois pelo proprietário foi pedida autorização para o colocar nesse local, para posteriormente o remover para um espaço adequado, só que entretanto surgiram estas chuvadas e aquele entulho vai ter que ser retirado dali o mais rapidamente possível.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – O Senhor José Cavaco comentou o pedido de audiência ao Senhor Primeiro-Ministro e disse que deveria ser-lhe sugerida a construção dos recifes artificiais cujo custo não excederia a construção de dez quilómetros de auto-estrada. Referiu que independentemente do que é dito, a área do Parque Natural não se encontra assim tão bem preservada. Referiu-se ainda à falta de planeamento aquando da construção da EBI/JI, pois ao fim de um ano de estar a funcionar necessitou de ser aumentada, à ETAR do Rogil/Maria Vinagre, ao Núcleo de Desenvolvimento Turístico, ao Plano de Pormenor do Espartal, ao desemprego, ao Protocolo com a Associação de Batata-Doce e a Aflosul, entre outros.-----
O Senhor José Hugo disse que em relação ao que foi dito pelo Senhor José Cavaco relativamente a não haver planeamento na Escola, referiu que, como professor, considera que a Autarquia actual e a anterior tiveram foi planeamento demasiado,

pois foi previsto através de um estudo que iria haver um êxodo enorme de alunos e por sugestão da Autarquia, foi aumentada a Escola. Logo o que deve ser feito é prever para o futuro que a Escola terá que ser ampliada, mas antecipando obviamente o que poderá vir aí, maior número de alunos, maior número de salas. ---- A Senhora Ana Santos referiu-se ao mau estado de conservação do edifício dos Paços do Concelho. Disse estar muito contente pelo facto das piscinas municipais já se encontrarem em funcionamento. Congratulou-se ainda pelo facto de algumas zonas do Município de Aljezur terem sido seleccionadas para as “Sete Maravilhas Naturais de Portugal”.-----

O SENHOR JOSÉ MARREIROS DOS SANTOS MARREIROS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vitor Vicente referiu-se ao edifício dos Paços do Concelho e ao facto de haver probabilidades de ver uma candidatura aprovada, até ao montante de seiscentos mil euros, pelo que perguntou se já havia projecto e se já havia estimativa previsível de custos da obra.----- Em relação ao quartel da GNR de Aljezur, perguntou se as obras referidas iriam ser executadas no actual edifício? Se já existe projecto e, se, é considerado que o mesmo está dimensionado para as necessidades do Município?----- Relativamente à EBI/JI de Aljezur, referiu que é do conhecimento geral que no ano em que a escola entrou em funcionamento, imediatamente foi sentida a necessidade de construção de mais salas, por não serem suficientes as existentes e que, inclusivamente alguns espaços inicialmente não previstos para salas de aulas, tiveram que ser adaptados para esse efeito. Daí a necessidade evidente de, no ano seguinte, ela ser ampliada, necessidade essa que, segundo parece, voltou a verificar-se, uma vez que está prevista mais uma ampliação daquele espaço.---

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, em relação ao edifício dos Paços do Concelho e à necessidade da sua substituição, isso é uma realidade. De facto o planeamento é importante, mas no que diz respeito ao funcionamento e às competências do Município as coisas evoluíram significativamente e de uma forma muito repentina. Em relação à EBI/JI e ao seu planeamento, disse que apesar da Câmara ter a sua cota parte de responsabilidade, basicamente essa obra é da responsabilidade do Ministério da Educação, assim como todas as transformações que se tem vindo a verificar no âmbito da educação.-----

O Senhor Presidente da Câmara reforçou o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, referindo que a situação respeitante à EBI/JI teve a ver com um estudo prospectivo feito pelo Ministério da Educação, que no fundo o que é importante é que a escola vai ser ampliada com mais seis salas, no entanto, essa obra poderá não vir a ser executada durante o corrente ano, uma vez que está dependente da libertação de verbas por parte do PRODER. -----

Relativamente à questão do Plano do PNSACV, esclareceu que os Municípios que estão integrados na área do PNSACV estão a trabalhar em conjunto na revisão do Plano do Parque Natural, pois é um trabalho mais produtivo.-----

Quanto à questão das ETAR's, disse que o mais importante é que a empresa responsável pelo assunto está a fazer um estudo do mesmo, de forma a que isto venha a ser uma realidade durante o corrente ano.-----

Em relação ao novo edifício dos Paços do Concelho, esclareceu que o projecto já existe, cuja estimativa é na ordem dos dois milhões de euros. A Câmara vai tentar

baixar um pouco este montante, suprimindo algumas coisas que constam no projecto, no entanto, tudo indica que o contrato-programa venha a ser aprovado. -----
Acerca das obras do novo quartel da GNR, referiu que as mesmas irão decorrer no lote de terreno que fica situado ao lado do quartel da Brigada Fiscal e que, o projecto dessa nova construção é da responsabilidade da Autarquia.-----

O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS -----

Relativamente às “Sete Maravilhas Naturais de Portugal” disse que, tal como a Senhora Ana Santos, estava muito contente e que todos os Aljezurense deveriam estar muito orgulhosos com o facto do Município de Aljezur ser pré-finalista nesta eleição e ainda com três praias candidatas.-----

Esclareceu também que a criação de um Núcleo de Desenvolvimento Turístico fora da área do PNSACV, tem a ver com o facto de que se esse Núcleo estivesse na área do PNSACV isso não adiantaria de muito, devido à revisão do Plano que se encontra a decorrer, pelo que foi decidido que este Núcleo irá ser lançado na unidade territorial serra, visto que é toda aquela que o PROT consagra que não é Parque Natural.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIÇÃO DA NOVA VERSÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA:

– Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do documento em análise e informou que no próximo dia vinte e seis de Março irá ter lugar uma sessão extraordinária, onde a nova versão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina será analisada mais aprofundadamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos e informações adicionais, nomeadamente, comunicando que os quatro Presidentes das Câmaras envolvidas tinham terminado no dia anterior um documento final, conjunto, que contraria aquilo que lhes foi pedido pelo Secretário de Estado do Ambiente.-----

O Senhor José Cavaco disse que tinha enviado para a Assembleia uma cópia de uma informação da Câmara de Cascais sobre jurisdição, em que conseguiu legalizar um edifício residencial construído numa zona de REN. Referiu que, uma vez que aquela Autarquia tinha alcançado resultados lá, aquele documento encaixava-se perfeitamente no Vale da Telha.-----

O Senhor Vitor Vicente disse que apesar deste assunto ir ser analisado numa outra sessão, não pode deixar de referir o facto deste regulamento do Parque proibir, por exemplos, os campos de golfe, que pelo Senhor José Cavaco foram indicados como uma forma de contrariar uma quebra económica no Município, fora das épocas de maior afluência turística. Disse ainda ter ouvido os Senhores Presidentes da Assembleia e Câmara como muita atenção e está certo que irão manter até ao final deste processo a determinação demonstrada, para que todos em conjunto consigam defender aquilo que são os interesses do Município de Aljezur, para que esta faixa do território não fique sujeita a restrições de tão grande natureza.-----

O Senhor Sérgio Santos manifestou também a sua preocupação relativamente ao documento.-----

O Senhor António Rosa disse que este Plano lhe parece feito de propósito, com a intenção clara de provocar a desertificação da população local e, possivelmente, mais tarde virem grandes grupos económicos comprar terrenos por atacado.-----

O Senhor Fernando Rosa expressou a sua apreensão e o seu desagrado quanto ao Plano do PNSACV, assim como o sentimento de incapacidade que os Autarcas do Município de Aljezur nutrem, perante todas as restrições que os sucessivos governos impõem a cada momento.-----

INTERVALO: – Foi pelo Senhor Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

“REVISÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA-----

A Assembleia Municipal de Aljezur, reunida na sua sessão ordinária de vinte seis de Fevereiro de dois mil e dez e continuando a acompanhar mais uma vez a evolução da revisão do PO do PNSACV, é confrontada com a sexta versão da Proposta de Regulamento do Plano de Ordenamento e da Carta de Síntese.-----

Da ponderação dos referidos documentos conclui-se que é “mais do mesmo”, tendo sido ignoradas na sua quase totalidade as sugestões feitas por esta Assembleia e pela Câmara municipal de Aljezur.-----

Nestes termos e sem prejuízo de uma reflexão mais detalhada e fundamentada acerca do assunto, a Assembleia Municipal de Aljezur considera os referidos documentos como uma verdadeiro “atentado” ao próprio Parque Natural e acima de tudo como a negação de quaisquer perspectivas de futuro para o desenvolvimento equilibrado e sustentável deste Município.-----Os documentos atingem-nos duramente na nossa identidade e impõem-nos condições de vida que nos roubam a esperança e nos tolhem a alma.-----

A Assembleia Municipal de Aljezur considera que os autarcas, únicos actores políticos deste processo com legitimidade eleitoral directa, enquanto representantes das populações, merecem maior respeito.-----

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Aljezur recusa liminarmente que o processo entre em discussão pública, rejeitando peremptória e categoricamente a Proposta de Regulamento do Plano e todos os documentos que o acompanham e faz votos para que sejam honrados os compromissos políticos, publicamente expostos em Aljezur, pelo mais alto responsável do governo.-----

Desde já manifestamos a nossa disponibilidade para usar de todos os meios legais possíveis para nos opormos a tão grande afronta, bem como usar de todos os mecanismos de indignação que em democracia nos é legítimo suscitar.”-----

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta referente à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina-----

PONTO NÚMERO TRÊS

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS NAS RECEITAS MUNICIPAIS: – Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi proposto, e

aceite pela Assembleia, retirar o presente assunto da Ordem do Dia, a fim de vir a ser analisado numa outra sessão da Assembleia Municipal.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi feita a apresentação do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aljezur. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que os documentos dizem respeito à avaliação anual do trabalho da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aljezur, trabalho esse desenvolvido desde Janeiro de dois mil e nove. -----

O Senhor Vitor Vicente manifestou a sua palavra de apreço pelo relatório e pelo trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aljezur. No entanto, e sem prejuízo do esforço dispendido pelas pessoas que ali trabalham, disse ter a sensação de que os meios e as condições de trabalho não são os mais favoráveis, que se o Município dão desse algum apoio logístico as dificuldades seriam ainda maiores, pelo que sugeriu que essa falta de meios seja manifestada para que estas possam vir a ser suprimidas. Disse ter ficado com a sensação de que os contactos são, na sua maioria, feitos telefónicamente e que poucos são aqueles que são feitos presencialmente. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto confirmou que de facto o Município dá um apoio indispensável. No entanto, ao ser celebrado um protocolo com o Ministério da Justiça, com o Ministério Público e com o Ministério da Segurança Social com vista à instalação da Comissão, esse protocolo prevê a atribuição de uma verba anual. Entretanto, neste primeiro ano de funcionamento, essa verba foi utilizada essencialmente para mobilar a sala onde funciona a CPCJ de Aljezur. Agora, a partir de Janeiro deste ano, parte desta verba vai ser destinada a suportar os custos com uma colaboradora administrativa. Outra necessidade que a Comissão continua a sentir, é essencialmente com a falta de formação. -----

O Senhor José Cavaco perguntou até que ponto é marginalizante para os jovens, que se divulguem comportamentos, sem que haja divulgação do nome desses jovens?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto informou que não era para marginalizar, mas sim para proteger as crianças, pois eventualmente essas crianças poderão estar numa situação em que correm riscos e têm que ser protegidas. -----

O Senhor Iládio Furtado disse que o Relatório lhe tinha chamado a atenção maioritariamente pelo lado negativo, mas um dado particularmente chamou-lhe a atenção pelo lado negativo, dado esse que tem a ver com o número de casos instaurados. Perguntando qual a percentagem de jovens com idades compreendidas até aos dezoito anos, para que se possa ter uma ideia concreta da realidade. Fez ainda algumas recomendações a nível técnico. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto, relativamente ao significado real desse número, referiu que ele pode ser comparado em termo de funcionamento da existência de outras Comissões, que este momento apenas existe um levantamento de quantos casos existem activos. Disse ainda que, para o primeiro ano de funcionamento, a Comissão também estranhou um número tão elevado, num local como Aljezur. Em termos da população juvenil, e apesar de não ter um número exacto, pensa que a situação não é alarmante. -----

Quanto à relação com a Comissão Nacional e às efectivas necessidades da CPCJ, informou que são realizadas reuniões uma ou duas vezes por ano e, é nessas reuniões nacionais que são apresentadas essas necessidades, os respectivos dados. ---

PONTO NÚMERO CINCO

ESTUDO DE PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL DA REDE RODOVIÁRIA DO LITORAL ALENTEJANO E ALGARVIO: – Pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados alguns esclarecimentos acerca da necessidade de elaborar um estudo de planeamento e avaliação estratégica ambiental da rede rodoviária do litoral alentejano e algarvio. -----

O Senhor Vitor Vicente disse querer manifestar a sua discordância para com a conclusão da informação apresentada, pois no seu entender parece-lhe que a versão D, sem prejuízo de ser a mais cara seguramente, é aquela que melhor serve as populações residentes nesta região, em termos de escoamento tanto para Norte como para Sul. -----

O Senhor José Cavaco referiu que a sua opinião vai no mesmo sentido que a do Senhor Vitor Vicente.-----

O Senhor Eliezer Candeias disse que defende a ideia de que deveriam ser feitas obras de beneficiação das estradas existentes, desde Sines até Lagos, que deveriam ser feitas variantes em Aljezur e em Odeceixe, melhoradas e até mesmo cortadas algumas curvas na estrada entre Odeceixe e o Espinhaço de Cão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que também tinha a mesma opinião. Que tanto a Câmara como a Assembleia Municipal, durante muito tempo têm defendido a ideia da construção do IC quatro, no entanto, este Município nunca foi atendido. Agora pensa que se nessa altura tivesse sido logo defendida a ideia de uma boa requalificação da EN cento e vinte, possivelmente isso já estaria concluído. Pessoalmente, pensa que o estudo agora apresentado foi feito para se chegar à conclusão que não se vai fazer o IC quatro, que foi a forma do Governo dizer que não vai para a frente com aquele projecto. E possivelmente é isso que vai acontecer.-----

PONTO NÚMERO SEIS

PEDIDO DE EMPRÉSTIMO – CAPITAL SOCIAL – SOCIEDADE POLIS LITORAL – SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA: – Pela Mesa foi lida a deliberação da Câmara tomada em reunião de dez de Fevereiro de dois mil e dez, que fica arquivada em pasta própria. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que já tinha anunciado que a Autarquia teria a necessidade de se endividar para completar a sua parte do capital social na Sociedade Polis Litoral, pelo que foi aberto o concurso, foi à reunião de Câmara e vem agora a esta Assembleia para uma tomada de decisão, pois sem este empréstimo a Câmara não tem como encontrar o capital social necessário à situação do Polis. Disse ainda que, eventualmente, os dez milhões de euros que já foram transferidos para a conta do Sociedade Polis, possam crescer um pouco mais. Que é uma injustiça muito grande, pois é o primeiro Polis que se faz em que as participações são de cinquenta por cinquenta por cento, o que acarreta um enorme esforço económico para os Municípios. Que acerca deste assunto irá ser solicitada uma reunião com o Senhor Ministro da Economia.-----

O Senhor Vitor Vicente disse que não iria se manifestar contra o pedido de empréstimo, embora pense que eles devem ser autorizados de forma criteriosa.-----
Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o pedido de empréstimo – capital social – Sociedade POLIS Litoral – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, no valor de um milhão cento e dezassete mil e duzentos euros.-----

PONTO NÚMERO SETE

IMPLICAÇÕES DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS NÚMERO TREZE BARRA DOIS MIL E DEZ, NOS ASPECTOS ÉTICO, LEGAL E ECONÓMICO: – O Senhor José Cavaco disse que pela Resolução do Conselho de Ministros número treze barra dois mil e dez, de nove de Fevereiro, foram prorrogados por mais um ano as medidas preventivas que já vinham da Resolução do Conselho de Ministros número dezanove barra dois mil e oito, de quatro de Fevereiro, dando conta de memorandos de entendimento com os Municípios de Aljezur e Vila do Bispo com vista a promover a articulação entre a revisão do POPNSACV e a estratégia municipal de ordenamento do território visando propostas de ocupação do solo. Chama, portanto, a atenção para o papel activo que o Município tem que desenvolver, no sentido de decidir e fazer chegar a sua estratégia nos termos do protocolo acordado, sob pena de continuar a discordar daquele plano para o qual não contribuiu com o trabalho de casa a que se comprometeu.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer intervenção. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta. -----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas trinta minutos do dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dez, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

* * *

O PRESIDENTE

A PRIMEIRO-SECRETÁRIO
